

MENSAGEM Nº 54/2025-ALE



EXCELENTÍSSIMO SENHOR GOVERNADOR DO ESTADO,

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO encaminha a Vossa Excelência, para fins constitucionais, o incluso Autógrafo de Lei Complementar nº 124/2025, que "Altera o caput do artigo 11, o caput do artigo 16, o § 10 do artigo 19, o § 9º do artigo 27, o § 1º do artigo 28, a Tabela 02 do Anexo I-A, as Tabelas 10 e 12 do Anexo II-A, a Tabela 04 do Anexo IV, a Tabela do Anexo VI, o subitem 9 do item XXIII e o subitem 9 do item XXV do Anexo VII, acrescenta os §§ 12 e 13 ao artigo 27, o inciso VIII ao caput do artigo 28, o § 5º ao artigo 28, o item 2-A ao item XXIII do Anexo VII e revoga o § 5º do artigo 12-A, todos da Lei Complementar nº 1.056, de 26 de fevereiro de 2020".

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, 16 de abril de 2025.

Deputado ALEX REDANO
Presidente - ALE/RO

PALACIO MARECHAL RONDON



AUTÓGRAFO DE LEI COMPLEMENTAR № 124/2025

Altera o caput do artigo 11, o caput do artigo 16, o § 10 do artigo 19, o § 9º do artigo 27, o § 1º do artigo 28, a Tabela 02 do Anexo I-A, as Tabelas 10 e 12 do Anexo II-A, a Tabela 04 do Anexo IV, a Tabela do Anexo VI, o subitem 9 do item XXIII e o subitem 9 do item XXV do Anexo VII, acrescenta os §§ 12 e 13 ao artigo 27, o inciso VIII ao caput do artigo 28, o § 5º ao artigo 28 e revoga o § 5º do artigo 12-A, todos da Lei Complementar nº 1.056, de 26 de fevereiro de 2020.

A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA decreta:

Art. 1º Ficam alterados o *caput* do artigo 11, o *caput* do artigo 16, o § 10 do artigo 19, o § 9º do artigo 27, o § 1º do artigo 28, a Tabela 02 do Anexo I-A, as Tabelas 10 e 12 do Anexo II-A, a Tabela 04 do Anexo IV, a Tabela do Anexo VI, o subitem 9 do item XXIII e o subitem 9 do item XXV do Anexo VII, todos da Lei Complementar nº 1.056, de 26 de fevereiro de 2020, que passam a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 11. O servidor do quadro efetivo da Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia poderá ser lotado em Órgãos de Natureza Política para desenvolver atividades de natureza administrativa, limitado à quantidade máxima de 3 (três) servidores efetivos por unidade, mediante autorização do Gabinete da 1ª Secretaria.

Art. 16. Os ocupantes dos cargos que compõem os Órgãos de Natureza Política serão lotados e desempenharão suas atribuições no Plenário, nas Comissões Permanentes, na Mesa Diretora, nos Gabinetes da Presidência, Vice-Presidência, Secretaria da Mesa Diretora, Liderança do Governo, Parlamentares, Corregedoria Parlamentar, Ouvidoria Parlamentar, Gabinete de Emendas Parlamentares e Gabinete de Relações Institucionais.

Art. 19.

al

ocupantes dos cargos de assessoria de segurança previstos no artigo 7º desta Lei Complementar, os quais fazem jus exclusivamente à gratificação constante na Tabela 03 do Anexo III-A, desta Lei

§ 10. As disposições dos §§ 1º, 6º, 7º e 8º deste artigo não se aplicam aos servidores

Complementar, vedada a opção pela Função Gratificada estabelecida neste artigo.



Art. 27
§ 9º O limite de horas-aula será de 20 (vinte) horas por mês, aplicando-se apenas aos instrutores que não estejam lotados ou formalmente à disposição da Escola do Legislativo, admitida a superação desse limite, em caráter excepcional, mediante justificativa e autorização prévia do Diretor Geral da Escola.
Art. 28.
§ 1º As Comissões previstas nos incisos I, II, III, IV, V, VI e VIII do <i>caput</i> deste artigo serão compostas por 3 (três) membros efetivos e 2 (dois) suplentes, estes últimos sem direito à remuneração, que somente atuarão na ausência ou impedimentos daqueles.
ANEXO I-A
ÓRGÃOS DE NATUREZA POLÍTICA

TABELA 02 GABINETE DA PRESIDÊNCIA

Unidade Política Cargo		Código	Quant.
GABINETE DA PRESIDÊNCIA	Chefe de Gabinete da Presidência	DAG-01	1
	Subchefe de Gabinete da Presidência	DAH-01	2
	Assessor Executivo	DAG-02-A	16
	Assessor de Gabinete I	DAG-03	3
	Assessor Especial da Presidência	DAG-04	3
	Assessor de Gabinete II	DAG-05	5
	Assessor Parlamentar	AP 01-25	83
	Assessor Técnico	AT 01-30	156



ANEXO II-A

ÓRGÃOS DE NATUREZA ADMINISTRATIVA

TABELA 10

CORREGEDORIA GERAL

Unidade Administrativa	Cargo	Código	Quant.
	Corregedor Geral	DAS-01	1
GABINETE DO CORREGEDOR	Assessor de Direção	AS 01-07	2
GERAL	Assessor Especial	AE 01-05	3
	Chefe de Gabinete	DAS-04-B	1
GABINETE DO CORREGEDOR	Corregedor Geral Adjunto	DAS-02	1
GERAL ADJUNTO	Assessor Especial	AE 01-05	2
CARTÓRIO COMISSÃO PERMANENTE DE SINDICÂNCIA E DE PROCESSO	Chefe do Cartório	DAS-06	1
	Escrivão	AS-04	1
	Presidente de Comissão Permanente de Sindicância e de Processo Administrativo Disciplinar	DAS-07	2
ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR	Membro de Comissão Permanente de Sindicância e de Processo Administrativo Disciplinar	AS-04	4

TABELA 12

ESCOLA DO LEGISLATIVO

Unidade Administrativa	Cargo	Código	Quant.
	Diretor Geral da Escola do Legislativo	DAS-01	1





PEDAGÓGICA	Assessor de Direção	AS 01-07	3
COORDENADORIA	Coordenador Pedagógico	DAS-04-B	1
	Assessor de Direção	AS 01-07	3
DIVISÃO DE BIBLIOTECA	Chefe de Divisão de Biblioteca	DAS-06	1
	Assessor de Direção	AS 01-07	3
DIVISÃO DE TECNOLOGIA E INFORMAÇÃO	Chefe de Divisão de Tecnologia e Informação	DAS-06	1
	Assessor de Direção	AS 01-07	3
DIVISÃO DE APOIO ADMINISTRATIVO	Chefe de Divisão de Apoio Administrativo	DAS-06	1
	Assessor de Direção	AS 01-07	5
DIRETORIA	Diretor Administrativo	DAS-05	1
	Assessor de Apoio a Projetos e Eventos	AS-04	1
	Assessor de Planejamento e Avaliação	AS-04	1
LEGISLATIVO	Assessor Especial	AE 01-05	10
GABINETE DO DIRETOR GERAL DA ESCOLA DO	Assessor de Direção	AS 01-07	5
	Diretor Geral da Escola do Legislativo Adjunto	DAS-02	1

ANEXO IV

ESTRUTURA REMUNERATÓRIA DE CARGOS DE PROVIMENTO EM COMISSÃO DE LIVRE NOMEAÇÃO E EXONERAÇÃO DE NATUREZA ADMINISTRATIVA

TABELA 04 CLASSIFICAÇÃO E CRITÉRIOS DE CONCESSÃO DE FUNÇÕES GRATIFICADAS (FGs)

Código	Descrição da Função	Critérios de Concessão	Valor	Quant.
FG-1	Função de Direção ou Chefia	Nomeação para o exercício de cargo de direção ou chefia.	100% do valor do cargo em comissão	Vinculada ao cargo





FG-2	Função de Assessoramento	Nomeação para o exercício de cargo de assessoramento.	90% do valor do cargo em comissão	Vinculada ao cargo
FG-3	Função Técnica de Alta Complexidade	Nível superior em área compatível com a função exercida; experiência mínima de 5 anos no setor público ou privado na área de atuação; atuação em projetos estratégicos, normativos ou tecnológicos de alta relevância.	R\$ 3.000,00	20
FG-4	Função Técnica de Média Complexidade	Nível superior ou técnico especializado; experiência mínima de 3 anos na área de atuação; atuação em atividades operacionais estratégicas, suporte técnico ou planejamento.	R\$ 2.000,00	40
FG-5	Função Técnica de Baixa Complexidade	Nível fundamental, médio ou superior; experiência mínima de 2 anos em funções correlatas; atuação em atividades de suporte administrativo ou técnico de menor complexidade.	R\$ 1.500,00	60

ANEXO VI GRATIFICAÇÃO DAS COMISSÕES ADMINISTRATIVAS

Nome da Comissão	Função	Valor (R\$)
Comissão de Acompanhamento, Fiscalização e	Presidente	2.500,00
Recebimento de Engenharia	Membros	2.000,00
	Presidente	2.500,00
Comissão de Recebimento de Materiais e Serviços	Membros	2.000,00
Comissão de Acompanhamento, Fiscalização e	Presidente	2.500,00
Recebimento de Publicidade	Membros	2.000,00





Comissão de Acompanhamento, Fiscalização de	Presidente	2.500,00
Informática	Membros	2.000,00
Comissão de Acompanhamento, Fiscalização e	Presidente	2.500,00
Recebimento de Estágio e Menor Aprendiz	Membros	2.000,00
Comissão Permanente de Inventário e Desfazimento de	Presidente	2.500,00
Bens Móveis e Imóveis e de Bens de Consumo	Membros	2.000,00
Comissão Permanente de Avaliação de Desempenho -	Presidente	2.500,00
CPAD	Membros	2.000,00
Comissão Especial de Licitação – CEL	Presidente	2.500,00
Comissão Especial de Ficilação — CEE	Membros	2.000,00

ANEXO VII

COMPETÊNCIA DOS ÓRGÃOS E ATRIBUIÇÕES DOS CARGOS

XXIII – ESCOLA DO LEGISLATIVO
9. Coordenadoria Pedagógica:
A Coordenadoria Pedagógica é uma unidade responsável pela organização e apoio às atividades de planejamento dos serviços educacionais oferecidos pela Escola do Legislativo e pela supervisão de sua execução, oferecendo orientação técnica e administrativa aos processos de organização e da oferta dos serviços educacionais. O quadro de pessoal da Coordenadoria Pedagógica será composto por servidores designados pelo Diretor-Geral, em funções especificamente criadas e regulamentadas por ato normativo complementar, com caráter permanente ou temporário.
XXV - SECRETARIA DE RECURSOS HUMANOS



9. Divisão de Controle de Registro de Frequência.
Art. 2º Ficam acrescentados os §§ 12 e 13 ao artigo 27, o inciso VIII ao <i>caput</i> do artigo 28, o § 5º ao artigo 28, todos da Lei Complementar nº 1.056, de 2020, que passa a vigorar com as seguintes alterações:
"Art. 27
§ 12. Os servidores do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa, lotados ou formalmente à disposição da Escola do Legislativo, terão a hora-aula remunerada conforme os percentuais abaixo, aplicados sobre os valores constantes do Anexo V desta Lei Complementar, de acordo com o nível de habilitação:
I - Doutorado: 20% (vinte por cento);
II - Mestrado: 15% (quinze por cento);
III - Especialização: 10% (dez por cento);
IV - Graduação: 8% (oito por cento); e
V - Ensino Médio Profissionalizante: 6% (seis por cento).
§ 13. Os percentuais previstos no § 12 deste artigo serão aplicados exclusivamente quando a titulação do servidor for compatível com o conteúdo do curso ministrado
Art. 28
VIII - Comissão Especial de Licitação — CEL; e
§ 5º A Comissão Especial de Licitação – CEL, prevista no inciso VIII do <i>caput</i> deste artigo, subordinada à Secretaria Geral, desempenhará atividades adicionais e de natureza singular, cuja complexidade exige, além da dedicação suplementar, uma enorme responsabilidade de seus membros, habilidades próprias e específicas, conforme estabelecido na Lei Federal nº 12.232, de 29 de abril de 2010, que "Dispõe sobre as normas gerais para licitação e contratação pela administração pública de serviços de publicidade prestados por intermédio de agências de propaganda e dá outras providências". (NR)

Art. 3° Fica revogado o § 5° do artigo 12-A da Lei Complementar n° 1.056, 26 de fevereiro

de 2020.



Art. 5º Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos financeiros a contar de 18 de fevereiro de 2025.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, 16 de abril de 2025.

Deputado ALEX Presidente – ALE/RO





15 ABR 2025

Estado de Rondônia Assembleia Legislativa

15 ABR 2025

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR

AUTOR: MESA DIRETORA

Altera o caput do artigo 11, o caput do artigo 16, § 10 do artigo 19, o § 9° do artigo 27, o § 1° do artigo 28, a Tabela 02, do Anexo I-A, as Tabelas 10 e 12, do Anexo II-A, a Tabela 04, do Anexo IV, e a tabela do Anexo VI, o subitem 9 do item XXIII e o subitem 9 do item XXV do Anexo VII e acrescentados os §§ 12 e 13 ao artigo 27, o inciso VIII ao caput do artigo 28 e o § 5º ao artigo 28, o item 2-A ao item XXIII do Anexo VII, e revoga o § 5° do artigo 12-A, todos da Lei Complementar nº 1.056, de 26 de fevereiro de 2020.

A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA decreta:

Art. 1° Ficam alterados o caput do artigo 11, o caput do artigo 16, o § 10 do artigo 19, o § 9° do artigo 27, o § 1º do artigo 28, a Tabela 02, do Anexo I-A, as Tabelas 10 e 12, do Anexo II-A, a Tabela 04, do Anexo IV, a tabela do Anexo VI, o subitem 9 do item XXIII e o subitem 9 do item XXV, do Anexo VII, todos da Lei Complementar nº 1.056, de 2020, que passam a vigorar da seguinte forma:

"Art. 11. O servidor do quadro efetivo da Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia poderá ser lotado em Órgãos de Natureza Política para desenvolver atividades de natureza administrativa, limitado a quantidade máxima de 03 (três) servidores efetivos por unidade, mediante autorização do Gabinete da 1ª Secretaria.

Art. 16. Os ocupantes dos cargos que compõem os Órgãos de Natureza Política serão lotados e desempenharão suas atribuições no Plenário, nas Comissões Permanentes, na Mesa Diretora, nos Gabinetes da Presidência, Vice-Presidência, Secretaria da Mesa Diretora, Liderança do Governo,





PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR
AUTOR: MESA DIRETORA
Parlamentares, Corregedoria Parlamentar, Ouvidoria Parlamentar, Gabinete de Emendas Parlamentares e Gabinete de Relações Institucionais.
Art. 19.
§ 10. As disposições dos §§ 1°, 6°, 7° e 8° deste artigo não se aplicam aos servidores ocupantes dos cargos de assessoria de segurança previstos no artigo 7° desta Lei Complementar, os quais fazem jus exclusivamente à gratificação constante na Tabela 03 do Anexo III, desta Lei Complementar, vedada a opção pela Função Gratificada estabelecida neste artigo.
Aut. 27
Art. 27
§ 1°
§ 9° O limite de horas-aula será de 20 (vinte) horas por mês, aplicando-se apenas aos instrutores que não estejam lotados ou formalmente à disposição da Escola do Legislativo, admitida a superação desse limite, em caráter excepcional, mediante justificativa e autorização prévia do Diretor Geral da Escola.
A 4 22
Art. 28.





				nem um u die mies propiny derschaf di hoss		nd deli 1676 di 1956 dini 2018 di Giorgi addici dini di 1686 di 1
						T
OIOOOTOGG				ROJETO DMPLEM	DE LEI IENTAR	Nº
Al	UTOR: MESA DIRETORA					
que	§ 1° As Comissões previstas na postas por 3 (três) membros efeti somente atuarão na ausência ou i	vos e 2 (dois) suplen	ites, est	es último	s sem direito	sie artigo serão à remuneração,
		ANEXO I-A ÃOS DE NATUREZ TABELA 02 ABINETE DA PRES	A POL			
	Unidade Política	Carg		LA	Código	Quant.
		Chefe de Gabinete d		âmaia	DAG-01	
		Subchefe de Gabinet			DAH-01	2
		Assessor Executivo		Bideliela	DAG-02-A	16
		Assessor de Gabinete	 е I		DAG-03	3
	GABINETE DA PRESIDÊNCIA	Assessor Especial da		ncia	DAG-04	3
		Assessor de Gabinete			DAG-05	5
		Assessor Parlamenta	r		AP 01-25	83
		Assessor Técnico			AT 01-30	156
		ANEXO II-A DE NATUREZA AD				





PROTOCOLO	PROJETO DE LI COMPLEMENTA	
AUTOR: MESA	DIRETORA	

TABELA 10 CORREGEDORIA GERAI

Unidade Administrativa	Cargo	Código	Quant.
	Corregedor Geral	DAS-01	1
GABINETE DO CORREGEDOR	Assessor de Direção	AS 01-07	2
GERAL	Assessor Especial	AE 01-05	3
	Chefe de Gabinete	DAS-04-B	1
GABINETE DO CORREGEDOR	Corregedor Geral Adjunto	DAS-02	1
GERAL ADJUNTO	Assessor Especial	AE 01-05	2
	Chefe do Cartório	DAS-06	1
	Escrivão	AS-04	1
CARTÓRIO COMISSÃO PERMANENTE DE SINDICÂNCIA E DE PROCESSO ADMINISTRATIVO	Presidente de Comissão Permanente de Sindicância e de Processo Administrativo Disciplinar	DAS-07	2
DISCIPLINAR	Membro de Comissão Permanente de Sindicância e de Processo Administrativo Disciplinar	AS-04	4

TABELA 12 ESCOLA DO LEGISLATIVO

Unidade Administrativa	Cargo		Código	Quant.
	Diretor Geral da Escola do Leg	gislativo	DAS-01	1





PROTOCOLO			ROJETO I	area mana manasa ma	N°
ΑL	JTOR: MESA DIRETORA				
		Diretor Geral da Escola do Le Adjunto	gislativo	DAS-02	1
		Assessor de Direção		AS 01-07	5
	GABINETE DO DIRETOR GERAL DA	Assessor Especial		AE 01-05	10
	ESCOLA DO LEGISLATIVO	Assessor de Planejamento e Ava	aliação	AS-04	
		Assessor de Apoio a Projetos e		AS-04	1
	DIRETORIA	Diretor Administrativo)	DAS-05	1
	ADMINISTRATIVA	Assessor de Direção		AS 01-07	5
	DIVISÃO DE APOIO	io			
	ADMINISTRATIVO	Chefe de Divisão de Apo Administrativo		DAS-06	1
THE PERSON NAMED IN COLUMN TWO IS NOT THE PERSON NAMED IN COLUMN TRANSPORT NAMED IN COLUMN TWO IS NOT THE PERSON NAMED IN COLUMN TRANSPORT NAMED IN COLUMN TWO IS NOT THE PERSON NAMED IN COLUMN TRANSPORT NAMED IN COLUMN TWO IS NOT THE PERSON NAMED IN COLUMN TRANSPORT NAMED IN COLUMN TWO IS NOT THE PERSON NAMED IN COLUMN TRANSPORT NAMED IN COLUMN TWO IS NOT THE PERSON NAMED IN COLUMN TRANSPORT NAMED IN COLUMN TWO IS NOT THE PERSON NAMED IN COLUMN TRANSPORT NAMED IN COLUMN TWO IS NOT THE PERSON NAMED IN COLUMN TRANSPORT		Assessor de Direção		AS 01-07	3
	DIVISÃO DE TECNOLOGIA E	Chefe de Divisão de Tecnolo Informação	ogia e	DAS-06	1
	INFORMAÇÃO	Assessor de Direção		AS 01-07	3
	DIVISÃO DE	Chefe de Divisão de Biblio	teca	DAS-06	1
	BIBLIOTECA	Assessor de Direção		AS 01-07	3
	COORDENADORIA	Coordenador Pedagógio	20	DAS-04-B	1
	PEDAGUGIUCA	PEDAGÓGIOCA Assessor de Direção		AS 01-07	3
		ANEXO IV			





III .			# \$1 (And 1 th college to \$1.44 (College to 1 th College to 1	
PROTOCOLO			DJETO DE LEI IPLEMENTAR	No
AUTOF	R: MESA DIRETO	RA		L
ESTRU	TURA REMUNEI	RATÓRIA DE CARGOS DE PROV	IMENTO EM COM	MISSÃO DE
L	IVRE NOMEAÇÃ	O E EXONERAÇÃO DE NATURE	ZA ADMINISTRA	TIVA
	•••••		•••••	
•••••	•••••			
			•••••••••••••••••••••••••••••••	•••••••••••••••••••••••••••••••••••••••
CLA	SSIFICAÇÃO E CR	TABELA 04 ITÉRIOS DE CONCESSÃO DE FUNÇ	ÇÕES GRATIFICAL	OAS (FGs)
Código	Descrição da Função	Critérios de Concessão	Valor	Quant.
Código FG-1	-	Critérios de Concessão Nomeação para o exercício de cargo de direção ou chefia.	Valor 100% do valor do cargo em comissão	Quant. Vinculada ao cargo
	Função Função de Direção	Nomeação para o exercício de cargo de	100% do valor do	Vinculada
FG-1	Função Função de Direção ou Chefia Função de	Nomeação para o exercício de cargo de direção ou chefia. Nomeação para o exercício de cargo de	100% do valor do cargo em comissão 90% do valor do	Vinculada ao cargo Vinculada
FG-1	Função de Direção ou Chefia Função de Assessoramento Função Técnica de	Nomeação para o exercício de cargo de direção ou chefia. Nomeação para o exercício de cargo de assessoramento. Nível superior em área compatível com a função exercida; experiência mínima de 5 anos no setor público ou privado na área de atuação; atuação em projetos estratégicos, normativos ou tecnológicos	100% do valor do cargo em comissão 90% do valor do cargo em comissão	Vinculada ao cargo Vinculada ao cargo





			N°
MESA DIRETOR	A		1
Função Técnica de Baixa Complexidade	Nível fundamental, médio ou superior; experiência mínima de 2 anos em funções correlatas; atuação em atividades de suporte administrativo ou técnico de menor complexidade.	R\$ 1.500,00	60
	Função Técnica de Baixa	MESA DIRETORA Função Técnica de Baixa Complexidade Compl	Função Técnica de Baixa Complexidade Nível fundamental, médio ou superior; experiência mínima de 2 anos em funções correlatas; atuação em atividades de suporte administrativo ou R\$ 1.500,00

ANEXO VI GRATIFICAÇÃO DAS COMISSÕES ADMINISTRATIVAS

Nome da Comissão	Função	Valor (R\$)
Comissão de Acompanhamento, Fiscalização e	Presidente	2.500,00
Recebimento de Engenharia	Membros	2.000,00
Comissão de Recebimento de Materiais e Serviços	Presidente	2.500,00
Comissão de Recebiniento de Materiais e Serviços	Membros	2.000,00
Comissão de Acompanhamento, Fiscalização e	Presidente	2.500,00
Recebimento de Publicidade	Membros	2.000,00
Comissão de Acompanhamento, Fiscalização de	Presidente	2.500,00
Informática	Membros	2.000,00
Comissão de Acompanhamento, Fiscalização e	Presidente	2.500,00
Recebimento de Estágio e Menor Aprendiz	Membros	2.000,00





		uni dia di Baranda di Baranda di Angela di Sangan di San	an fin and an early brown a set in the bear and an early brown and a second section of the section of the second section of the section of the second section of the					
		ROJETO DE LEI DMPLEMENTAR	No					
AU	JTOR: MESA DIRETORA							
	Comissão Permanente de Inventário e Desfazimento de	Presidente	2.500,00					
	Bens Móveis e Imóveis e de Bens de Consumo	Membros	2.000,00					
	Comissão Permanente de Avaliação de Desempenho -	Presidente	2.500,00					
	CPAD	Membros	2.000,00					
	Comissão Especial de Licitação – CEL	Presidente	2.500,00					
		Membros	2.000,00					
XXI	ANEXO VII COMPETÊNCIA DOS ÓRGÃOS E ATRIBUIÇÕES DOS CARGOS XXIII – ESCOLA DO LEGISLATIVO							
A Copland sua e dos serviato n	pordenadoria Pedagógica: cordenadoria Pedagógica é uma unidade responsável pela dejamento dos serviços educacionais oferecidos pela Escola execução, oferecendo orientação técnica e administrativa aos serviços educacionais. O quadro de pessoal da Coordenad dores designados pelo Diretor Geral, em funções especifica cormativo complementar, com caráter permanente ou tempos. 7 - SECRETARIA DE RECURSOS HUMANOS	do Legislativo e pel processos de organiz oria Pedagógica ser mente criadas e regu	a supervisão de zação e da oferta á composto por					





PROTOCOLO	PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR
AUT	OR: MESA DIRETORA
1	
9. Div	são de Controle de Registro de Frequência.
	"(NR)
5° ao a 2020, a	Art. 3° Ficam acrescentados os §§ 12 e 13 ao artigo 27, o inciso VIII ao <i>caput</i> do artigo 28 e o § artigo 28, o item 2-A ao item XXIII do Anexo VII, todos da Lei Complementar nº 1.056, de com a seguinte redação: Art. 27.
dispos	12. Os servidores do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa, lotados ou formalmente à ção da Escola do Legislativo, terão a hora-aula remunerada conforme os percentuais abaixo, los sobre os valores constantes do Anexo V desta Lei Complementar, de acordo com o nível de ação:
I	- Doutorado: 20% (vinte por cento);
I	I - Mestrado: 15% (quinze por cento);
I	II - Especialização: 10% (dez por cento);
I	V - Graduação: 8% (oito por cento);
7	7 - Ensino Médio Profissionalizante: 6% (seis por cento).
§ titulaçã	13. Os percentuais previstos no § 12 deste artigo serão aplicados exclusivamente quando a to do servidor for compatível com o conteúdo do curso ministrado Art. 28.





		PR BIOLOGIC		
PROTOCOLO			ROJETO DE LEI OMPLEMENTAR	Nº
AUT	OR: MESA DIRETORA			
	I			
	VIII - Comissão Especial de Licitação - CEL; e			
	§ 1°			
complehabilio 2010,	§ 5° A Comissão Especial de Licitação – CEL, prevlinada à Secretaria Geral, desempenhará atividades exidade exige, além da dedicação suplementar, uma enlades próprias e específicas, conforme estabelecido na que "Dispõe sobre as normas gerais para licitação e cos de publicidade prestados por intermédio de agências	vista adi norr a Le	cionais e de natureza ne responsabilidade de s i Federal nº 12.232, de ratação pela administraç	singular, cuja eus membros, 29 de abril de ção pública de
	Art. 4º Fica revogado o § 5º do artigo 12-A da Lei C	omp	elementar nº 1.056, de 2	020.
financ	Art. 5° Esta Lei Complementar entra em vigor na de eiros a contar de 18 de fevereiro de 2025.	ata o	de sua publicação, prod	uzindo efeitos
	Plenário das Deliberações, 15 de abril de 2025. Deputado ALEX RED Presidente	AN	0	
	Deputado LAERTE GOMES 1ª Vice-Presidente Deput	ıtad	a ROSÂNGELA DON 2ª Vice-Presidente	ADON





	or rondoniense
PROTOCOLO	PROJETO DE LEI № COMPLEMENTAR
AUTOR: MESA DIRETORA Deputado ALANQUEIROZ 1° Secretário	Deputado CÁSSIO GOIS 2º Secretário
Deputado EDEVALDO NEVES 3º Secretário	Deputado MARCELO CRUZ 4º Secretário





PROTOCOLO	PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR	Nº
AUTOR: MESA DIRETORA		

Nobres Parlamentares,

O presente Projeto de Lei Complementar tem a finalidade de realizar ajustes técnicolegislativos na Lei Complementar nº 1.056, de 26 de fevereiro de 2020, após a alteração normativa promovida pela Lei Complementar nº 1.267, de 18/02/2025.

JUSTIFICATIVA

Especificamente no artigo 11, atribui ao Gabinete da 1ª Secretaria a responsabilidade pela autorização de lotação de servidores em órgãos de natureza política; no artigo 16, fica incluído o Gabinete de Emendas Parlamentares e o Gabinete de Relações Institucionais no rol de órgãos de natureza política da ALERO; altera a denominação do subitem 9 do item XXV do Anexo VII a fim de padronizar a denominação já utilizada na tabela 14 do Anexo II-A, acrescenta o subitem 2-A ao item XXIII do Anexo VII com o objetivo de contemplar as atribuições do Chefe de Gabinete da Escola do Legislativo; altera a Tabela 10 do Anexo II-A para acrescentar os cargos dos Membros da Comissão Permanente de Sindicância e de Processo Administrativo Disciplinar que outrora já existiam, mas deixaram de constar na tabela 10 após a recente alteração legislativa; e, por fim, na tabela 04 do Anexo IV altera os critérios de concessão para a Função Técnica de Baixa Complexidade.

Outrossim, esta proposição institui a Comissão Especial de Licitação – CEL, prevista no inciso VIII do *caput* deste artigo, que será subordinada à Secretaria Geral e desempenhará atividades adicionais e de natureza singular, cuja complexidade exige, além da dedicação suplementar, enorme responsabilidade de seus membros, habilidades próprias e específicas, conforme estabelecido na Lei Federal nº 12.232, de 29 de abril de 2010, que "Dispõe sobre as normas gerais para licitação e contratação pela administração pública de serviços de publicidade prestados por intermédio de agências de propaganda e dá outras providências."

Por essas razões, solicitamos o apoio e o voto dos Nobres Parlamentares para a aprovação deste Projeto de Lei Complementar.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE R

Matéria: PROJETO LEI COMPLEMENTAR Nº 124/2025 Autoria: MESA DIRETORA

Ementa: ALTERA O CAPUT DO ARTIGO 11, O §5° DO ARTIGO 12-A, O CAPUT DO ARTIGO 16, § 10 DO ARTIGO 19, O § 9° DO ARTIGO 27, O § 1° DO ARTIGO 28, A TABLEA 02, DO ANEXO I-A, AS TABELAS 10 E 12 DO ANEXO II-A, A TABELA 04, DO ANEXO IV, E A TABELA DO ANEXO VI, SUBITEM 9 DO ITEM XXIII E O SUBITEM 9 DO ITEM XXV DO ANEXO VII E ACRESCENTADOS OS §§ 12 E 13 AO ARTIGO 27, O INCISO VII AO CAPUT DO ARTIGO 28 E O 5º AO ARTIGO 28, O ITEM 2-A AO ITEM XXIII DO ANEXO VII, TODOS DA LEI COMPLEMENTAR Nº 1.056.

Reunião:

8ª Sessão Ordinária da 3ª Sessão Legislativa Ordinária

Data:

15/04/2025 - 21:03:05 às 21:08:09

Tipo:

Nominal

Turno: Quorum: Único Maioria Absoluta

Condição:

13 votos Sim

Total de Presente 17 Parlamentares

-		CB		
	Nome do Parlamentar	Partido	Voto	Horário
1	ALAN QUEIROZ	PODE	Sim	21:06:31
2	ALEX REDANO	REP	Sim	21:07:05
3	CÁSSIO GOIS	PSD	Sim	21:06:46
4	CIRONE DEIRÓ	UNIÃO	Sim	21:06:38
5	CLÁUDIA DE JESUS	PT	Sim	21:06:41
6	DELEGADO CAMARGO	REP	Sim	21:06:43
7	DELEGADO LUCAS	PP	Ausente	21.00.40
8	DRA. TAÍSSA	PODE	Não Votou	
9	EDEVALDO NEVES	PRD	Ausente	
10	EYDER BRASIL	PL	Ausente	P. 27. 1846 Schools (12)
11	EZEQUIEL NEIVA	UNIÃO	Sim	21:07:01
12	GISLAINE LEBRINHA	UNIÃO	Sim	21:07:10
13	IEDA CHAVES	UNIÃO	Não Votou	21.07.10
14	ISMAEL CRISPIN	MDB	Sim	21:07:13
15	JEAN MENDONÇA	PL	Sim	21:07:16
16	JEAN OLIVEIRA	MDB	Sim	21:07:10
17	LAERTE GOMES	PSD	Ausente	21.07.20
18	LUIS DO HOSPITAL	MDB	Ausente	
19	LUIZINHO GOEBEL	PODE	Sim	21:07:33
20	MARCELO CRUZ	PRTB	Sim	21:07:35
21	NIM BARROSO	PSD	Ausente	21.07.33
22	PEDRO FERNANDES	PRD	Sim	21:07:40
23	RIBEIRO DO SINPOL	PRD	Ausente	21.07.40
24	ROSANGELA DONADON	UNIÃO	Sim	21:07:42
		0141/10	Onn	21.07.42

Totais da Votação:

SIM NÃO

15

0

TOTAL 15

Resultado da Votação: **APROVADO**

Mesa Diretora da Reunião:

Presidente: ROSANGELA DONADO 1° Secretario: ALAN QUEIRO

Secretário